

Sumário

Introdução	1
1 Ministério Público	7
1.1 Precedentes históricos.....	7
1.2 O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	14
1.3 O Ministério Público nos sistemas processuais penais	17
1.3.1 Delimitação Conceitual	17
1.3.2 Noções Gerais.....	21
1.3.3 Método Acusatório	23
1.3.4 Método Inquisitório.....	26
1.3.5 Método Misto	28
1.3.6 O Processo Penal Brasileiro.....	30
1.4 O Ministério Público de garantias.....	34
2 Teoria do garantismo penal	39
2.1 A Epistemologia garantista	39
2.2 Garantismo e Direito penal mínimo	50
2.3 Distorções interpretativas decorrentes da utilização equivocada da teoria garantista.....	56
2.4 O garantismo no processo penal.....	61
3 O eficientismo penal	69
3.1 A expansão do direito penal	70
3.1.1 Considerações sobre Algumas Causas da Expansão do Direito Penal	72
3.1.2 Consequências da Expansão do Direito Penal	74
3.2 Do eficientismo penal propriamente dito.....	76
4 Da Justiça Penal Consensual	85
4.1 Composição civil	89
4.2 Transação penal.....	89
4.3 Suspensão condicional do processo	93
4.4 Acordo de não-persecução penal.....	97
4.4.1 Das Questões Controvertidas	105

4.4.1.1 A Natureza Jurídica do Acordo de Não-Persecução Penal	105
4.4.1.2 A Medida decorrente do Acordo de Não-Persecução Penal é Pena?	109
4.4.1.3 É possível celebrar Acordo de Não-Persecução Penal em Audiência de Custódia?	114
4.4.1.4 Cabe no Ajuste Não-Persecutório a Prisão?	115
4.5 Colaboração premiada.....	115
4.5.1 Fundamento Legal da Colaboração Premiada	121
4.5.2 Requisitos da Colaboração Premiada	129
4.5.2.1 O Requisito da Efetividade	129
4.5.2.2 O Requisito da Voluntariedade	129
4.5.2.3 O Requisito da Verossimilhança	138
4.5.3 O Procedimento da Colaboração Premiada	139
4.5.4 Direitos do Colaborador	145
4.5.5 O Conteúdo e os Limites da Colaboração Premiada.....	146
4.5.6 Os Efeitos da Colaboração Premiada.....	151
4.6 Ministério Público, garantismo e eficientismo na justiça penal consensual	161
Considerações finais.....	171
Referências	177